

BOLETIM INFORMATIVO



Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado de São Paulo

Federação dos Trabalhadores Gráficos do Estado de São Paulo e Sindicatos Gráficos de: Araçatuba, Araraquara, ABCDMR, Bauru, Osasco, Campinas, Franca, Guarulhos, Jundiaí, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São Paulo, Sorocaba, Taubaté e respectivas regiões.

Presidente: Leonardo Del Roy - Abril / Maio - 2008

Trabalhadores na luta por 40 horas semanais



A Federação dos Gráficos do Estado de São Paulo entra na campanha pela redução da jornada de trabalho. Para isso motiva os Sindicatos filiados levar para as bases o abaixo-assinado, cuja meta é obter mais de dois milhões de assinaturas.

Vamos fazer a nossa parte e somar esforços com as demais Federações e Centrais Sindicais que estão à frente desta importante campanha

28 de Maio

Dia nacional de lutas pela Redução da Jornada de trabalho sem Redução de salário. Haverá manifestações em todo o país. Em Brasília as centrais sindicais entregarão os abaixo assinados no Congresso nacional e no Palácio do Planalto.

Gráficos: 200 anos de resistência e luta

Os trabalhadores gráficos têm uma história de lutas e conquistas ao logo de 200 anos de história no Brasil



História: desde o século 18 os trabalhadores gráficos se mantêm organizados

A origem da organização dos gráficos remete a 1808, com a chegada da primeira tipografia. Das primeiras reuniões para discutir as condições de trabalho, surgiu, no final de 1840, a primeira associação de tipógrafos no Rio de Janeiro. Em 1858 a primeira greve, atacada pela corte irada contra a ou-

sadia dos gráficos.

No final do século 19 já existiam organizações em vários estados. Mas foi em 1923 o reconhecimento da UTG (União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo).

Mais que defender aumento do salário, as associações e sindicatos defendiam: oito horas de trabalho; redução de jornada para mulheres e crianças; melhores condi-

ções de trabalho, que veio a conquistar o direito à insalubridade e a aposentadoria especial; o direito ao voto.

No Estado de São Paulo, a FTIGESP reúne 18 Sindicatos que têm em sua base mais de 90 mil trabalhadores. Os gráficos, como todos os trabalhadores, enfrentam as políticas neoliberais que insistem em retirar direitos e criminalizar suas organizações, além da entrada de novas tecnologias que ameaçam o emprego.

A FTIGESP, com os sindicatos filiados, a Conatig seguem firmes na resistência e na luta contra o projeto neoliberal. É para essa luta, organizada e unitária que chamamos os gráficos a se mobilizarem.

Parabéns trabalhadores Gráficos! Pelas lutas, conquistas e resistência

Perfil Profissiográfico Previdenciário

Isto tem muito a ver coma sua vida

Tramita no Congresso Nacional projeto de lei que põem fim a famigerado PPP que impõem sérias dificuldades para que os trabalhadores se aposentem, especialmente os que trabalham expostos a riscos.

EXPEDIENTE

Boletim Informativo da FTIGESP (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas e nos Serviços Gráficos do Estado de São Paulo)

Leonardo Del Roy
Presidente

Francisco W. Batista Viana
Vice-Presidente

Jorge Caetano Fermino
Secretário Geral

Cícero Firmino da Silva
Secretário Adjunto

Alex Fábio Souza Patez
Tesoureiro Geral

Álvaro Ferreira da Costa
Dir. de Com. e Rel. Inter.

Eurípedes Franco Bueno
Dir. de Cond. Trab. e For. Prof.

Leandro Rodrigues da Silva
Dir. de Rel. Sind. e Previd. Social

José Benedito Teixeira
Tesoureiro Adjunto

Everaldo C. do Nascimento
Dir. de Ed. Sindical e Gênero

Márcio Vasconcelos
Dir. de Rel. Pol. Institucionais

Mário Dantas da Silva
Dir. de Patrimônio

Rua Barão de Itapetininga,
nº 255 - 13º A. Conj. 1313
Centro/República
CEP 01042-917 - São Paulo/SP
Fones/Fax:
(011) 3159 4730 3255 7904

fetigesp@terra.com.br
www.ftigesp.org.br

O referido projeto tem apoio de todas as centrais sindicais e das federações, inclusive a FTIGESP e dos sindicatos dos trabalhadores.

Em recente audiência com o presidente Lula, as centrais sindicais reafirmaram posição de apoio irrestrito ao projeto de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS) e para isso farão um corpo a corpo com os deputados para que aprove o projeto que já foi aprovado no Senado.

A proposta de acabar com o fator previdenciário foi aprovada no Senado e será votada pela Câmara dos Deputados.

Os dirigentes afirmam questão dispostos a negociar desde que da parte do governo seja apresentada uma proposta que mude a atual situação. O fator previdenciário tem um erro na sua fórmula, porque dá um peso muito grande na expectativa de vida. Isso faz com que ninguém saiba quando vai se aposentar e nem quanto vai receber de aposentadoria.

Câmara aprova reconhecimento das Centrais

A Câmara dos Deputados aprovou, dia 11 de março o projeto de lei nº 1990/07 que regulamenta as centrais sindicais no Brasil, o Projeto já havia sido aprovado no senado. Há muitos anos o movimento sindical brasileiro lutava pela legalização das centrais. No entanto, todas as tentativas foram obstruídas por patrões, governos e regimes militares.

Foi uma vitória da unida-

Outro aspecto relevante é que as empresas é quem tem a responsabilidade de preencher o documento e, nenhum empresário quer assumir a responsabilidade de que seus funcionários estão expostos a condições de risco ou mesmo insalubres.



O que é o PPP

O PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) é um documento a ser preenchido pelas empresas que exercem atividades que exponham seus empregados a agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física.

O documento deve conter todas as informações relativas ao empregado. A atividade que exerce, o agente nocivo ao qual é exposto, a intensidade e a concentração do agente, exames médicos clínicos, além de dados referentes à empresa.

O documento deve ser preenchido para a comprovação da efetiva exposição dos empregados a agentes nocivos, para o conhecimento de todos os ambientes e para o controle da saúde ocupacional de todos os trabalhadores. É necessário o preenchimento do PPP pelas empresas para todos os empregados. Após a implantação do PPP em meio magnético pela Previdência Social, esse documento passou a ser exigido para todos os segurados, independentemente do ramo de atividade da empresa e da exposição a agentes nocivos.

de na luta dos trabalhadores representados pelas centrais sindicais, como a Força Sindical, CUT, UGT, Nova Central, CGTB e CTB. A partir de agora, as entidades terão de superar a dispersão dos sindicatos e lutar pela unificação dos trabalhadores para interferir nos rumos políticos, econômicos e sociais do país.

Além disso, as centrais poderão representar os trabalhadores na Justiça e, junto com sindicatos, federações e

confederações, organizá-los por ramo de atividades.

É importante lembrar que a FTIGESP, que reúne os sindicatos dos gráficos do Estado de São Paulo, ainda não é filiada a nenhuma Central Sindical, a direção juntamente com os 18 sindicatos filiados estão em processo de debate para definir pela filiação em uma Central Sindical, neste mês de maio deverá sair a decisão final.

Todos juntos, na campanha pela Redução da Jornada

Editorial

O Desafio é de todos nós

Fato dos mais importantes para o movimento sindical nos últimos anos, a unidade das Centrais em torno da campanha pela redução da jornada de trabalho, sem redução nos salários, promete ser uma das maiores mobilizações já vistas no país. A meta é conseguir mais de dois milhões de assinaturas até o final de abril.

Através destas assinaturas, da sua assinatura, as Centrais vão encaminhar um Projeto de Iniciativa Popular ao Congresso Nacional, em que propõe a redução da jornada para 40 horas semanais. Fica difícil, portanto, qualquer deputado ser contra um Projeto que conta com mais de dois milhões de assinaturas.

Nossa Federação entra nessa luta pra valer. Os dirigentes dos Sindicatos filiados estão coletando as assinaturas e você pode fazer o mesmo. Basta dirigir-se ao Sindicato ou subsele mais próxima para solicitar o formulário do abaixo-assinado e pedir o apoio de parentes, amigos e vizinhos, pois a redução da jornada é do interesse de todos nós.

Vamos juntos nesta campanha rumo aos dois milhões de assinaturas. Reduzir a jornada significa a geração de novos postos de trabalho, bem como garantir aos trabalhadores mais tempo para sua vida

Leonardo Del Roy
Presidente



Ao lado, o modelo do abaixo-assinado que circula em todo o país, na coleta de assinaturas para a apresentação do Projeto de Iniciativa Popular pela Redução da Jornada de Trabalho sem redução nos salários. Participe desta iniciativa, em seu próprio benefício

Para que a emenda popular seja aceita no Congresso são necessárias 1,3 milhão de assinaturas, mas as Centrais querem coletar pelo menos 2 milhões de assinaturas. O objetivo é melhorar a qualidade de vida e diminuir o desemprego são objetivos da campanha unificada promovida pelas Centrais Sindicais.

No Brasil, as primeiras greves pela redução da jornada ocorreram em 1907, conseguindo que jornadas de 12 a 15 horas diárias fossem reduzidas para 10 e até mesmo 8 horas. Manifestações continuaram a ocorrer até que em 1934, a Constituição determinasse a jornada

legal em 8 horas diárias e 48 horas semanais, com a possibilidade de serem feitas duas horas extras diárias.

Pouco mais de 50 anos depois, na Constituição de 1988, a jornada legal foi reduzida para 44 horas semanais, uma conquista precedida de muita luta. Nesses 20 anos os sindicatos mantiveram-se sempre firmes na luta pela redução da jornada, sem redução de salário.

Reduzir a jornada de trabalho sem redução de salário será a garantia, não só de mais empregos, mas também melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores que terão mais tempo para ficar com a família, para seu merecido descanso e lazer, bem como melhorar sua qualificação profissional através de cursos profissionalizantes e inclusive cursar universidades.

CAMPANHA NACIONAL UNIFICADA PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO

□ Brasil vive uma realidade de extremo, por um lado, um número elevado de trabalhadores e trabalhadoras está desempregado e, por outro, grande parte dos que estão empregados trabalham longas jornadas. A redução da jornada de trabalho sem redução de salário é um importante instrumento para a criação de empregos, para a distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Por isso, nós, abaixo-assinados, apelamos à inclusão constitucional da jornada de trabalho através da aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 293/01.

ABAIXO-ASSINADO

NOME COMPLETO	DOC. IDENTIDADE	ESTADO / CIDADÃO	ASSINATURA

CGTB CPTA CUT

28 de Maio

Dia nacional de lutas pela redução da jornada de trabalho

Haverá manifestações em todas as capitais e grandes cidades do país. Simultaneamente as Centrais sindicais entregarão em Brasília o projeto de emenda que estabelece a redução da jornada de trabalho juntamente com os abaixo assinados. Até lá todos nas portarias das empresas, nas ruas e praças, nas casas e prédios coletando assinaturas pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários.



Presença da mulher no mercado de trabalho é tema de debate

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (8 de março), mais de 300 trabalhadoras gráficas celebraram a data com reflexões sobre sua realidade, na Colônia de Férias da Praia Grande



Mulheres gráficas: se organizam nos sindicatos, instrumento de luta, para defender direitos e avançar nas conquistas

O encontro organizado pelo Comitê de Mulheres da FTI-GESP (Federação dos Trabalhadores das Indústrias gráficas do Estado de São Paulo), contou com a presença da Federação Leonardo Del Roy e presidentes e representantes de diversos Sindicatos Gráficos do Estado. O tema do encontro foi 'a mulher no mercado de trabalho', tratado por Eliana Moreira de Lacerda, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Gráficos e diretora do Sindicato dos gráficos de Minas Gerais.

A palestrante afirmou que a mulher já

obteve conquistas importantes. No trabalho eram submetidas a uma jornada de 14 a 18 horas por dia e, na política sequer podiam votar, mas ainda há muito que conquistar. "Diminuímos a carga horária, passamos a votar, mas muita coisa ainda precisa ser feita. Somente com organização avançamos. O instrumento de luta é o Sindicato", afirmou Eliana.

As mulheres estudam mais, têm a competência reconhecida, mas recebem menos que os homens para executar a mesma função. Na informalidade, as mulheres são mais de 50% da mão de obra e as que estão na formalidade, têm as piores funções. Temas polêmicos como aborto, assédio moral e sexual também foram abordados.

A diretora do Sindicato dos Gráficos de Osasco, Viviane Alicio falou sobre os avanços na Convenção Coletiva de Trabalho com relação à questão da mulher trabalhadora e reafirmou a disposição das mulheres em continuar a luta por melhores

28 de Abril: ação e reflexão

Dia mundial em memória das vítimas de acidentes de trabalho tem origem no estado da Virginia (EUA), com greve de trabalhadores, em 1969.

Segundo estimativas da OIT, ocorrem anualmente no mundo, cerca de 270 milhões de acidentes de trabalho e cerca de 160 milhões de casos de doenças ocupacionais. Esses acidentes e doenças matam até 2,3 milhões de trabalhadores. São 5.500 mortes diárias. Essas ocorrências comprometem 4% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial. Cada acidente ou doença representa a perda de quatro dias de trabalho, em média.

No Brasil

No Brasil morrem todos os anos, três mil trabalhadores - uma morte a cada duas horas de trabalho.

As estatísticas oficiais não representam ainda a realidade por diversos motivos, entre eles a não notificação de acidentes pelas empresas. Outra situação que não aparece nas pesquisas são acidentes que ocorrem com trabalhadores na informalidade.

Acidentes e doenças profissionais ocorrem por conta do desrespeito às nor-



Gráficos: trabalhar sim, adoecer não!

mas de segurança dos trabalhadores.

Subnotificação

Em 2005, a Previdência Social notificou 491 mil acidentes de trabalho e doenças ocupacionais e 2.700 mortes. Mas o próprio Ministério admite que há subnotificação dessas ocorrências, o que dificulta não só saber os números reais, mas principalmente, a realização de ações para diminuir os acidentes de trabalho.

